

EUROPA

O PE finalmente pede contas à Troika



Ana Gomes

Uma delegação da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do Parla-

mento Europeu deslocou-se a Lisboa, nos passados dias 6 e 7 de janeiro, de onde seguiu para Chipre, visitando ainda este mês Irlanda e Grécia, com o propósito de avaliar o funcionamento e resultados das Troikas. Embora não sendo membro da ECON pude, como deputada portuguesa, acompanhar aquela delegação, por cuja vinda vejo bater-se, há muito, o Grupo Socialista e em particular a sua coordenadora na ECON, Elisa Ferreira.

Porque a verdade é que foi preciso a UE descer ao desconcerto arrepiante do famigerado "bail-in" em Chipre, no ano passado, para a maioria de direita no PE admitir que as troikas agiam desgovernadas e sem controlo democrático e viabilizar finalmente estas missões aos países resgatados (os elementos recolhidos serão refletidos num relatório que o PE está a elaborar sobre a experiência das troikas, a impreparação da UE para fazer face às crises financeiras e económicas de 2008 e à subsequente crise do euro e das dívidas soberanas, com recomendações para o futuro).

Considero que esta visita de membros da ECON foi muito importante, para expor deputados de países não sujeitos a resgate (incluindo da Alemanha, França, Finlândia e Áustria) à realidade e à narrativa de distintos agentes políticos e sociais portugueses sobre o efeito do programa de ajustamento austericida associado à Troika. A ECON é, sublinho, a Comissão do PE onde se elabora, vota e negocia com o Conselho e Comissão Europeia a legislação reguladora do sector económico e financeiro, incluindo a atualmente em preparação sobre a união bancária. E o que deputados europeus da direita e da esquerda ouviram em Lisboa foi muito diferente da história "do Portugal no bom caminho" que lhes contam os seus governos e a CE, com base na que lhes conta o governo português, no afã untuoso do aluno marrão mais "troikista" do que a própria Troika.

Sobre a evolução da crise que precipitou Portugal no programa de resgate foi valiosa a reunião com José Sócrates e os seus ex-ministros Vieira da Silva e Pedro

Silva Pereira. Dissecou-se o que levou ao resgate, como foi negociado o memorando com o programa de ajustamento, como a Comissão Europeia nessa fase em vez de ajudar, complicou e agravou as condições, incluindo a voragem das privatizações forçando a alienação pelo Estado de "golden shares" em empresas e sectores estratégicos.

No Conselho da Concertação Social foi muito significativo para os deputados europeus ver a sintonia de patronato e sindicatos quanto aos efeitos devastadores das políticas da Troika, incluindo o bloqueamento da negociação coletiva e do salário mínimo. Aí se recolheram informações detalhadas sobre como estão a sofrer as empresas portuguesas, sobretudo as PME's sem acesso a financiamento, como é o legado da procura interna esmagada, como não se fizeram reformas estruturais no Estado, designadamente reformas que assentassem no corte de despesa/desperdício sem ser à conta da redução de salários, pensões e rendimentos das famílias, sobre o milhão e meio de portugueses sem emprego, tantos sem subsídio de desemprego, a geração mais qualificada forçada a emigrar, idosos e crianças sem o básico em violação dos seus direitos humanos, etc..

Ali - tal como no posterior encontro na Assembleia da República com representantes de todos os partidos - também foi sublinhada a disfuncionalidade da própria Troika, inflexível, incapaz de dialogar e de levar em conta propostas e recomendações de parceiros sociais, de partidos políticos, do Parlamento, desarticulada nas declarações de dirigentes a reconhecer erros sem correspondência nas orientações a nível técnico, marcada pela obsessão do FMI com cortes salariais, críticas e pressões indecorosas sobre o Tribunal Constitucional, etc..

(O Presidente do Conselho da Concertação Social, Silva Peneda, veio entretanto a Bruxelas, à Comissão de Assuntos Sociais e Emprego do PE - que também vai fazer um relatório sobre o impacto das troikas no plano social - apresentar um acutilante balanço crítico da escalada de desemprego, pobreza e desigualdade que as políticas da Troika e do Governo determinaram em Portugal).

Já no Banco de Portugal, no Palácio das Laranjeiras com o Vice Primeiro Ministro Pau-

lo Portas e no Ministério das Finanças com a Ministra Maria Luis Albuquerque foi fornecida à delegação do PE uma outra visão, a que corresponde à da coligação da direita ultra-liberal no poder, já a ensaiar a retórica eleitoralista despidorada do seu 1640: "O despesismo de PS/Sócrates conduziu-nos ao resgate, a coligação CDS/PP/PSD vai salvar Portugal das garras da Troika".

Claro que, volta e meia, se enredam nas suas próprias contradições: delicieei-me a ouvir Maria Luis Albuquerque, perita em mercados e "swaps", dizer à delegação do PE que tinha sido a cimeira de Deauville, entre Merkel e Sarkozy, em outubro de 2010 que, ao anunciar a penalização dos investidores privados (assim dizendo aos mercados que países da UE não eram "too big to fail", estimulando-os a especular contra o euro) tinha determinado a escalada dos juros e das dificuldades de financiamento nos mercados para bancos, empresas e Estado português, levando ao resgate... Claro que é argumento que a Ministra se abstém de usar junto do seu colega Schäuble, como se vê pela versão edulcorada do funcionamento e dos resultados da Troika que - em contraste com os homólogos grego, cipriota e irlandês - o Governo português fez chegar entretanto ao PE, em resposta a um questionário da ECON sobre todas as fases do programa. Confesso que me chocou ver o argumentário que o Banco de Portugal, na sua suposta independência, preparou em apoio do Governo, enunciando "as reformas estruturais" que já foram feitas (????), - as tais que os parceiros sociais e os portugueses em geral não vêm, nem sentem. O argumentário recitado pelo Vice Primeiro Ministro Paulo Portas, subitamente em velocidade euroentusiasta, pretendendo que negocia com a Troika para acabar a sujeitar o país, irrevogavelmente, ao pior - incluindo o contornar do chumbo do Tribunal Constitucional decretando novos impostos sobre os pensionistas.

Enfim, de tudo o que ouvimos, não me pareceu que o Governo entenda sequer a utilidade que poderia retirar, para defesa dos interesses nacionais, deste exercício do PE de análise das políticas e resultados da Troika. Designadamente para o refletir na negociação de novas condicionalidades associadas a um qualquer programa pós-Troika, chame-se cautelar ou o que

se chamar... Ou para tomar posição e dar força a reformas europeias que urgem, desde logo nos mandatos do BCE e do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), para se lograr a mutualização das dívidas públicas...

Não me pareceu que os atuais governantes portugueses possam sequer saber tirar partido do trabalho que no PE almejamos fazer para retirar lições dos erros cometidos em Portugal e noutros países sob supervisão das Troikas, desde o modo de funcionamento sem controlo democrático e sem capacidade de ajustamento das receitas inadequadas e multiplicadores mal calculados. Erros que foram sucessivamente produzindo impactos mais desastrosos, económica, social e politicamente, acabando por abalar perigosamente a confiança dos cidadãos nos governos, nas políticos e na própria Europa.

E, no entanto, ironicamente, a missão da ECON a Portugal já está a influenciar a visão e o discurso em Bruxelas, como pude ver pelos exemplos e argumentos evocados nas audições esta semana conduzidas na ECON com o Comissário Olli Rehn, com o anterior Presidente do BCE, Jean Claude Trichet, e com o Diretor do FEEF (Fundo Europeu de Estabilização Financeira) e do MEE Klaus Regling.

As visitas a Lisboa e Chipre já reforçaram o entendimento de que a crise foi sobretudo resultante das deficiências da arquitetura do euro e das insuficiências da governação económica europeia. Isto é, ao contrário da ideia que o governo português continua de forma parolosa a propalar, a crise não é só e fundamentalmente de génese portuguesa: é europeia, de fabrico europeu, requer soluções e instrumentos europeus e não pode passar sem escrutínio democrático nacional e europeu e sem investimento europeu solidário para relançar o crescimento e o emprego. Mutualizar e gerir a longo prazo as dívidas públicas terá de ser parte dessa solução, de que o MEE é já realmente um embrião. Pois, como atirou Hannes Swoboda, líder do Grupo Socialista, a Durão Barroso no plenário do PE, dia 15 de janeiro, em debate sobre a presidência grega da UE "Por que razão se impôs à Grécia o reembolso da dívida em 3 anos, se a Alemanha e a Áustria tiveram mais de 100 anos para re-dimir dívidas de guerra?"

Ei-los que partem

Edite Estrela

Nos últimos dois anos, Portugal perdeu mais de 250 mil habitantes. Por um lado, não há renovação das gerações (o que acontece desde 1982), uma vez que o saldo entre os que nascem e os que morrem é negativo. Por outro lado, diminuiu a imigração e aumentou a emigração. A emigração é, aliás, o principal fator da mais recente perda populacional. A falta de emprego e de perspectivas de futuro obriga muitos jovens a partir, "buscando a sorte" e a realização profissional "noutras paragens", à semelhança do que fizeram muitos outros portugueses na década de 70 do século XX. Mas, ao contrário do que diz a canção de Manuel Freire em relação aos emigrantes do passado, os jovens emigrantes do presente dificilmente "virão um dia" a não ser para rever a família ou passar férias. "Ei-los que partem", não com a mala de cartão ou a salto como os seus antepassados, mas com elevadas qualificações académicas e até com significativa experiência profissional, deixando o país mais pobre e mais envelhecido e com menos hipóteses de ultrapassar as dificuldades do presente. Só por leviandade e incompetência é que o governo pode empurrar para o estrangeiro e oferecer de mão-beijada aos alemães, aos angolanos ou aos ingleses a mão de obra mais qualificada de sempre, em que Portugal investiu muito e de que tanto precisa. A "fuga de cérebros" vai dificultar a recuperação económica do país e aumentar as divergências persistentes



entre os Estados-membros. Os jovens que ficam, apesar de qualificados, tardam a entrar no mercado de trabalho e, quando entram, é com salários cada vez mais baixos e sem direitos.

O desemprego jovem, na ordem dos 36,8%, é a mais preocupante consequência das políticas de austeridade a que os portugueses estão sujeitos. A mais grave, talvez, mas não a única, como refere

o eurodeputado Alejandro Cercas no seu relatório de investigação sobre o papel e as operações da troika (BCE, Comissão e FMI) relativamente aos países do programa da zona euro: Grécia, Irlanda, Portugal e Chipre.

Começando por responsabilizar as instituições europeias pelas consequências decorrentes dos programas de ajustamento – elaborados sem qualquer avaliação do

seu impacto – o socialista espanhol denuncia que "a desigualdade na distribuição do rendimento aumentou nos quatro países" e que, nos últimos três anos, o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social aumentou 26% em Portugal e 15% na Irlanda. Acontece que as estatísticas não revelam toda a gravidade da situação. A realidade é bem mais dramática, uma vez que a queda do PIB per capita implica a descida do limiar da pobreza, ou seja, passam a considerar-se fora da pobreza pessoas que até há pouco tempo estavam incluídas nessa categoria.

Tendo em conta a degradação económica e social, o relator recomenda a elaboração de um estudo sobre as consequências dos programas de ajustamento, para se poderem avaliar os danos, a curto e a longo prazo, nos sistemas de proteção social.

É óbvio para a generalidade dos portugueses que os sacrifícios foram desproporcionais e injustamente distribuídos. Que o diga a classe média que, atacada pelo lado da carga fiscal e pelo lado da redução salarial, perdeu poder de compra e, em alguns casos, entrou em falência. E de quem é a responsabilidade? Já começámos a assistir ao jogo do empurra. Perante o falhanço da receita, o Comissário Olli Rehn já veio dizer que a responsabilidade é do governo e o governo vai certamente dizer que é da troika. As responsabilidades são partilhadas e é tempo de reconhecerem o erro e arrepiar caminho. Quanto mais tarde o fizerem, mais vítimas deixarão pelo caminho.

A dimensão social da austeridade



Luís Paulo Alves

As medidas de austeridade e a forma como têm sido implementadas têm tido impactos muito severos para os cidadãos em matérias como o emprego, a pobreza, as questões sociais, a saúde ou a educação, fragilizando de forma radical as nossas famílias e as nossas empresas.

A verdade é que os resultados previstos alcançar pelos planos de austeridade em Portugal estão longe dos resultados que o Governo conseguiu obter. Em 2014 o PIB deveria crescer 2,5% e a melhor previsão e mais recente é de 0,8%, 3 vezes menos que o crescimento inicialmente previsto. O défice seria de 2,3% em 2014, contudo esta meta foi ajustada para praticamente o dobro, 4%. O FMI estimava para 2013 um taxa de 14% desemprego, previsão que foi sucessivamente revista em alta. Em 2013 atingimos 127,8% do

PIB na dívida pública, quando o estimado em 2011 pela Comissão era de 112,1%. A realidade de hoje está muito aquém do ponto que já devíamos ter atingido. Apesar de toda a austeridade lançada sobre os portugueses, o Governo revelou-se sistematicamente incapaz de fazer corresponder o previsto ao alcançado.

Hoje temos 824 mil desempregados. Mais de 500 mil (64% do total) são desempregados de longa duração, metade dos quais poderão nunca voltar ao mercado de trabalho, afirmam investigadores do Banco de Portugal – é por demais evidente o drama destas famílias. Assim como é evidente o drama do número de portugueses que são forçados a emigrar, mais de 500 mil, desde 2008 até agora. Aliás, só pela emigração e pelo aumento de cidadãos inativos se pode compreender que apesar da diminuição recente na taxa de desemprego, não se estejam a assistir a melhorias no mercado de trabalho. É bom não esquecer que Portugal tem hoje menos 650 mil postos de trabalho do que no

período anterior à crise em 2008. Mesmo os números que o Governo recentemente com alguma euforia revelou, com o aumento entre o 1º trimestre de 2013 e o 3º trimestre de 2013, de 120 mil postos de trabalho, revelam, ao contrário de uma recuperação, uma preocupante desfragmentação do mercado de trabalho. Uma leitura atenta dos dados do INE mostra que o aumento de empregos entre o 1º e o 3º trimestre de 2013 se verifica em resultado de um aumento de 434 mil empregos com uma ocupação entre 1 a 10 horas semanais (o que nem sequer configura postos de trabalho decentes, dado o seu carácter precário), enquanto nos "verdadeiros" empregos com uma carga horária "normal", entre 31 a 40 horas, se verificou uma diminuição de 311 mil postos de trabalho. É inacreditável como a insensibilidade do Governo pretende transformar esta preocupante realidade em propaganda positiva.

Dados da Comissão Europeia mostram uma preocupante desigualdade de dis-

tribuição de rendimento em Portugal, encontram níveis altos de pobreza no trabalho devido ao baixo salário mínimo e comprovam que o risco de pobreza aumentou nos últimos 3 anos 26%. Assiste-se a uma degradação do diálogo social, situação lamentável, consequência de medidas que envolvem unicamente a desregulação das relações laborais e reduções salariais a qualquer custo.

Não é difícil para qualquer português concluir que os pesados sacrifícios que lhe foram exigidos são muito desproporcionais aos resultados obtidos. E a austeridade para além da troika, fruto de uma agenda ideológica do Governo, associada a uma gestão pouco competente (mesmo política – só o episódio da demissão irrevogável de Portas do Governo custou 800 milhões de euros de mais austeridade) não conduziram a um caminho para a resolução dos nossos problemas. Por isso, só poderemos ficar aliviados quando, para além da troika, também este Governo for embora.

União Bancária: quem (não) a quer afinal?



Elisa Ferreira

Não vale a pena o esforço de reunir mais argumentos a favor da necessidade de se criar uma União Bancária na Zona Euro. Por um lado, restabelecer a confiança no sistema bancário e voltar a colocá-lo ao serviço das empresas requer uma supervisão poderosa e eficaz, o que se espera possa começar a acontecer sob a égide do BCE, já a partir de meados de 2014. Mas, e por outro lado, ainda subsiste a questão de como lidar com um banco considerado inviável pelo supervisor – a meu ver, o desmantelamento ou falência de forma controlada desse banco obriga a que ele seja imediatamente enquadrado por uma estrutura de resolução do mesmo nível, isto é, europeu; porque, na ausência de um tal Mecanismo de Resolução Único (SRM) iríamos ter cada país a ser confrontado com os efeitos de uma decisão que não controlou.

Acontece que quer a Comissão Europeia (que elaborou a proposta inicial) quer o Parlamento Europeu (que legisla nesta matéria “a meias” com o Conselho) defendem regras únicas para a resolução bancária, assim como a constituição de um fundo único, e financiado pelos bancos de acordo com o respetivo perfil de risco, para eventual utilização no pro-

cesso de resolução; ou seja, insuficiências de meios seriam supridas por uma linha de crédito negociada e reembolsada por esse fundo. De notar que a posição do Parlamento, de que fui aliás a relatora, foi aprovada em 17 de dezembro passado por 80% dos votantes na respetiva Comissão Económica e Monetária. Ora, a posição adotada no dia seguinte pelo Conselho Europeu foi a de reservar para si próprio – isto é, para o nível político – decisões fundamentais do processo de resolução (algumas envolvendo mais de 30 participantes), defender que as contribuições dos bancos sejam acumuladas em “compartimentos nacionais” do fundo que demorariam 10 anos a ser fundidos, prever que os orçamentos nacionais intervenham em caso de as verbas do “compartimento nacional” não serem suficientes, tudo isto sem prejuízo da natural possibilidade de empréstimos (em condições ainda por definir) dos “compartimentos nacionais” mais abonados aos mais frágeis. Ou seja, e tal como em outros assuntos (de que as Troikas serão o paradigma mais acabado), o Conselho decidiu que também aqui uma parte substancial deste complexo esquema seja negociado num tratado intergovernamental e com total exclusão de qualquer poder legal do Parlamento no sentido de controlar o conteúdo do mesmo. De registar, ainda, que aquela opção implica que

também a entrada em funcionamento do SRM passe a ficar dependente das datas de celebração do tratado e da respetiva ratificação pelas instituições competentes dos Estados membros.

Convirá lembrar que um dos grandes objetivos de toda esta legislação é o de garantir que a Zona Euro tenha um sistema de resolução eficaz e rápido para os bancos, um sistema capaz de garantir que um banco estará sujeito às mesmas regras e condições de resolução independentemente da sua localização (em Portugal, na Alemanha ou em Itália, p.e.), um sistema capaz de quebrar o comprovadamente fatal contágio entre os problemas de um banco e os dos países em que ele se situa. Pois o que a proposta do Conselho significa é que uma das decisões mais importantes na vida de um banco – os termos da sua “morte” – acabassem por ser tomadas por via política, assim refletindo os jogos de forças entre os países, e no âmbito de um processo de decisão tão complexo que dificilmente iria permitir que um banco pudesse ser resolvido numa situação de emergência.

É por isso surpreendente e irónico que seja exatamente o Conselho – onde têm assento as testemunhas mais diretas da forma como a crise financeira destruiu os erários públicos, a confiança de depositantes e investidores e a economia real – a Instituição que mais empenhada-

mente aposta na perpetuação (pelo menos por mais uma década) de um imenso veículo de contágio e aquela que parece estar assim disposta a perder a oportunidade histórica de ser criada uma das mais importantes peças em falta na construção da União Europeia.

Fui convidada, enquanto relatora do Parlamento, a participar como observadora na reunião do grupo de trabalho do Conselho que prepara os termos do tratado acima referido. Percebi rapidamente quanto a aparente “unanimidade” do Conselho esconde a vontade fortíssima de um único Estado membro e as enormes dificuldades de afirmação de qualquer discordância por parte dos restantes, mesmo que a França ou a Itália. E Schäuble, o poderoso ministro das finanças alemão, virá na próxima semana ao Parlamento para uma reunião sem precedentes, exatamente sobre este tema, comigo (relatora) e alguns dos correlatores – será preciso dizer alguma coisa mais?

Sendo que, se o Conselho não alterar a posição que adotou em dezembro, poderá ocorrer com grande probabilidade que acabemos o mandato em curso sem um SRM. Era isso que queríamos, é isso que queremos? A interrogação fica no ar e apresenta-se como essencial para se compreender devidamente o que é a União Europeia dos dias que vivemos...

40-30-40



António Correia de Campos

Na semana passada uma reunião conjunta de duas comissões, a da indústria (ITRE) e a do ambiente (ENVI) aprovou por 66 votos a favor contra 42 e 3 abstenções, uma resolução considerando vinculativas três importantes metas climáticas para o horizonte 2030. Trata-se de alcançar nesse ano, uma redução de 40% nas emissões de CO₂, um aumento de 30% nas energias renováveis e um aumento em 40% da eficiência energética. Estas metas comparam com as famosas metas 20-20-20 fixadas para cada um destes indicadores para o ano final desta década, 2020, na então chamada Estratégia 2020 “Estratégia para um crescimento sustentável, inteligente e inclusivo” e representam um reforço das forças ambientalistas contra as forças industrialistas.

O debate, antes da votação centrava-se em dois pontos: manter as três metas com o que elas têm de contraditório e a natureza vinculativa das metas. Na verdade, a redu-

ção do CO₂ pode conseguir-se através de processos de recolha e captura do carbono, o que implica também dispêndio de energia e figura uma mera política de mitigação; a meta das renováveis não implica apenas o reforço das eólicas ou fotovoltaicas, também pode ser obtida por mais barragens e mais nuclear, o que desagrada aos ambientalistas e vai cada vez mais contra o politicamente correto; apenas a meta de 40% na eficiência energética parece inócua do ponto de vista ambiental e garante mais emprego na construção e renovação de imóveis. O carácter vinculativo das metas é mais retórico que efetivo, pois acrescenta-se que as metas devem ser aplicadas através de metas nacionais individuais, “tendo em atenção a situação e o potencial de cada estado-membro”. Acresce ainda que a meta da redução do CO₂ em 40% é medida por comparação com 1990 como ano de partida, o que alivia a dureza do esforço, tanto mais que a crise fez diminuir visivelmente a progressão que parecia imparável da dissipação de carbono, pela indústria e transportes.

Seja como for, mais simbólico que outra coisa, o voto da resolução pelas duas co-

missões conjuntas envia um sinal a vários destinatários: ao sector produtor de eletricidade e aos seus distribuidores que deverão acelerar a produção de renováveis, o alisamento dos picos de produção através de redes inteligentes e o armazenamento de energia em barragens ou por métodos ainda objeto de investigação; a abertura das fronteiras às redes transeuropeias de energia, o que muito nos beneficia, dado sermos já exportadores de eletricidade. Envia mensagens à indústria que terá que se abastecer de fontes de energia endógenas ou com baixa dissipação de CO₂ (gás, incluindo o gás de xisto, importado ou a pesquisar internamente) ao sector dos transportes que terá que finalizar a rede transeuropeia de caminhos de ferro e adotar o controlo de consumo de combustíveis fósseis por navios, camiões pesados e aeronaves, às correspondentes equipas de investigação que terão que acelerar esforços nos veículos elétricos ou de células de combustível de hidrogénio e nos equipamentos para armazenamento de energia. Finalmente envia mensagens aos distribuidores de eletricidade em baixa e respetivos reguladores

que serão incentivados a aumentar o uso mais racional de energia para iluminação e sobretudo aquecimento e à indústria, sobre a necessária reconversão dos seus dispositivos motores.

Como principal importador mundial de combustíveis de origem fóssil, a Europa terá que prosseguir um grande esforço no sector das energias e dos transportes, incluindo o transporte aéreo, onde os efeitos da globalização se tornam mais difíceis de prevenir. A votação nas comissões foi importante por mostrar para que lado pode pender o Parlamento mas não deve ser vista como definitiva. Há muitos sectores produtivos que irão agora acelerar esforços para que em plenário o resultado seja outro. Todavia, o facto de nas comissões os Socialistas e Democratas terem votado com Verdes e Liberais e uma grande divisão dentro dos Populares pode levar o resultado final a pender para o lado do ambiente e da prevenção e mitigação dos efeitos das alterações climáticas, das quais ninguém duvida, mesmo os mais relutantes anti-ambientalistas do Reino Unido ou dos Estados Unidos da América.

A Organização Mundial do Comércio após Bali



Vital Moreira

1. Realizou-se antes do Natal em Bali, na Indonésia, a conferência ministerial da OMC, o órgão superior da organização, de onde saiu aprovado, depois de muitas dificuldades e incertezas, o chamado "pacote de Bali", que designa um conjunto de decisões e acordos sobre diversos temas, onde avulta o acordo sobre facilitação comercial, cujo objetivo é simplificar e agilizar os procedimentos aduaneiros e a circulação transfronteiriça de mercadorias. É uma boa notícia, sem dúvida, não tanto pela importância substantiva do que foi acordado – que apesar de tudo, não é despiendo –, mas sobretudo por ter afastado o fantasma de mais um falhanço da OMC para alcançar acordos de liberalização ou regulação do comércio internacional.

Importa assinalar que o bom resultado de Bali se ficou a dever, entre outros, a dois fatores. Por um lado, o novo diretor-geral da OMC, o brasileiro Roberto Azevedo, revelou uma notável determinação e capacidade de liderança na negociação. O facto de não ser oriundo dos países ricos do Norte e de ter um conhecimento profundo de Genebra, onde era embaixador do Brasil durante mais de uma década, foram seguramente elementos importantes no seu sucesso. Por outro lado, tanto a UE como os Estados Unidos revelaram a flexibilidade negocial suficiente para acomodar a exigência da Índia em matéria de "segurança alimentar", ou seja, a autorização para ultrapassar os limites legais quanto à aquisição de produtos agrícolas pelo Estado a preços subsidiados para depois distribuir às pessoas mais carenciadas.

2. O que se conseguiu pode não ser muito, mas o que se teria perdido se não tivesse havido nenhum acordo era muito, a saber a

própria autoridade e credibilidade do pilar negocial da OMC. De facto, desde a sua criação em 1994, o organismo mundial do comércio não tinha conseguido concluir nenhum acordo entre os Estados-Membros em quase vinte anos de existência. Começada em 2001, há portanto uma dúzia de anos, a chamada "ronda de Doha", destinada a dar um novo impulso à liberalização do comércio internacional, entrou em letargia em 2008, aparentemente sem perspectivas de chegar a bom porto. Por isso, o "pacote de Bali" tem pelo menos a virtude de salvar a OMC do risco da irrelevância e de relançar as negociações para a eventual conclusão da "ronda de Doha", por mais improvável que a tarefa se apresente.

A verdade é que o progresso da agenda negocial da OMC depende essencialmente de um compromisso entre as economias desenvolvidas e as chamadas "economias emergentes", compromisso esse que se tem revelado intratável, nomeadamente entre os Estados Unidos de um lado, e a China, a Índia e o Brasil, do outro lado. Enquanto os últimos apostam sobretudo na liberalização do comércio de produtos agrícolas para poderem aceder aos grandes mercados dos Estados Unidos e da União Europeia, estes desejam em troca a liberalização do comércio de produtos industriais e dos serviços, para beneficiarem do potencial de crescimento económico dos primeiros. Tal tarefa não se tem provado facilmente alcançável.

Resta saber se o sucesso de Bali pode alterar a situação e abrir perspectivas onde elas pareciam bloqueadas até agora. Até que ponto é que o carisma do novo diretor-geral da OMC e a nova flexibilidade da UE e dos Estados Unidos podem servir para relançar a "ronda de Doha", eis uma dúvida a que somente os próximos meses podem responder.

3. A função negocial da OMC sofre cada vez mais a concorrência dos acordos bilaterais e

plurilaterais na tarefa de liberalizar e de regular o comércio internacional. Enquanto as negociações multilaterais marcavam passo em Genebra, aqueles acordos multiplicavam-se por esse mundo fora, mas particularmente em Bruxelas e em Washington.

Há várias razões para essa preferência pelos acordos bilaterais e plurilaterais. Primeiro, importa assinalar a perda de esperança na capacidade negocial da OMC, à medida que os anos iam passando sem resultados. Segundo, os acordos bilaterais e plurilaterais podem ir mais longe e mais fundo na liberalização e regulação do comércio entre os países interessados, removendo as barreiras em relação a "substancialmente" todo o comércio de mercadorias e de serviços, criando portanto "zonas de comércio livre" em sentido técnico. Em terceiro lugar, os acordos bilaterais e plurilaterais podem ocupar-se de temas completamente excluídos da agenda da OMC, como os chamados "temas de Singapura" (por terem sido propostos na conferência ministerial da OMC de 1996, organizada nessa cidade), nomeadamente o investimento estrangeiro, as compras públicas e a concorrência. Por último, os acordos bilaterais e plurilaterais permitem abordar questões ausentes da agenda multilateral da OMC, onde avulta a chamada "cláusula laboral", condicionando as trocas comerciais ao respeito de um certo núcleo de direitos fundamentais dos trabalhadores.

Não é provável que estas razões de preferência pela via bilateral e plurilateral desapareçam num futuro imediato, a não ser que o mandato negocial da OMC seja ampliado e a sua capacidade negocial seja reforçada. Não está portanto excluído que o pós-Bali não traga propriamente um impulso decisivo para a conclusão da "ronda de Doha".

4. O problema consiste, portanto, em saber se uma persistente incapacidade de fazer progressos na frente negocial não pode fa-

zer perigar a legitimidade e a credibilidade da OMC noutras frentes da sua atividade de organismo regulador do comércio internacional. Entre essas outras funções da OMC avultam duas em especial.

A primeira é a função de monitorização do cumprimento pelos Estados-Membros das suas obrigações comerciais decorrentes dos tratados da OMC (Trade Review Mechanism, na designação inglesa), que constitui um instrumento decisivo para avaliar a situação de cada país quanto ao grau de cumprimento daquelas obrigações.

A segunda função essencial consiste no sistema vinculativo de resolução de litígios entre os Estados-Membros, através de instâncias arbitrais (Dispute Settlement Mechanism), cujas decisões são de cumprimento obrigatório. Trata-se do mais sofisticado instrumento de governação global, baseado em regras internacionais e no seu "enforcement" por organismos parajudiciais independentes.

Nenhuma dessas funções deve ser enfraquecida, por culpa da falta de resultados no pilar negocial da OMC. É por isso que o "pacote de Bali" não deveria permanecer como um episódio isolado mas sim como o início de uma nova era na liberalização e regulação global do comércio internacional.

5. A União Europeia nunca tem tergiversado no apoio ao sistema multilateral de liberalização/regulação do comércio externo. E dentro das instituições da União o Parlamento Europeu não perde uma oportunidade para apoiar a OMC, tendo mesmo instituído em conjunto com a União Parlamentar, a Conferência Parlamentar da OMC, que reúne todos os anos.

Ao mesmo tempo que aposta na via bilateral e plurilateral, a União não tem dúvidas que tais acordos têm de ser compatíveis com as regras da OMC e aspirar a serem "multilateralizados". Por isso, nunca poderemos deixar enfraquecer a OMC.

"Até ao lavar dos cestos..."



Capoulas Santos

O fecho do acordo entre o Conselho, a Comissão e o Parlamento Europeu (PE), que teve lugar em novembro de 2013 sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) para 2014/20, não encerrou o processo negocial como poderia à primeira vista parecer.

Os quatro Regulamentos, contendo mais de mil páginas de articulado que foram objeto de negociação e de decisão, têm agora de ser complementados pelos chamados atos delegados. Trata-se de descrever o detalhe da aplicação da legislação da reforma da PAC relativamente aos

aspectos que ficaram apenas enunciados nos regulamentos de base. Os atos delegados, consagrados pelo Tratado de Lisboa, fazem parte do exercício dos poderes executivos da Comissão Europeia (CE). A elaboração dos atos delegados obedece a um procedimento que lhes é específico, em que a CE fica com a responsabilidade da elaboração do seu conteúdo, tendo todo o interesse em fazê-lo em estreita colaboração com o Conselho e o Parlamento já que estes últimos têm, na prática, poder de veto.

Decorre, assim, neste momento uma intensa mas discreta negociação visando simultaneamente não retardar a execução da reforma, cuja entrada em vigor foi a 1 de janeiro de 2014 para o "Desenvolvi-

mento Rural", e será em janeiro seguinte no que refere aos "Pagamentos Diretos". É uma negociação detalhada, nalguns casos de elevada complexidade técnica, mas que é necessário seguir até ao mais ínfimo pormenor porque, como diz o ditado, muitas vezes "é nos detalhes que o diabo se esconde". Estão ainda em causa um vasto conjunto de questões, de enorme relevância para Portugal, tais como matérias relacionadas com as regras de utilização das pastagens permanentes, os apoios à armazenagem privada no contexto da regulação dos mercados, o sector do azeite, a margem de manobra dada aos Estados-membros para ligar certos pagamentos à produção, os apoios a jovens agricultores que fazem parte de uma sociedade com

parceiros não jovens, entre outras que seria fastidioso enumerar.

Desejo que o espírito do acordo de novembro de 2013, através do qual o PE, graças ao Tratado de Lisboa, exerceu pela primeira vez poderes plenos de decisão em matéria agrícola, fique integralmente consagrado nos textos finais da Reforma que ficará marcada pela consagração de uma agricultura europeia mais "verde" e mais justa. Gostaria muito que a aplicação prática da nova PAC fosse reconhecida pelos agricultores da mesma forma que a generalidade das suas organizações saudou o papel do Parlamento no resultado final da negociação que mobilizou tão intensamente nos últimos três anos o mundo agro-rural europeu.